

KAROL E SISENANDO: ESTRATÉGIAS COMPARADAS DE MOBILIDADE SOCIAL NA ITÁLIA CAROLÍNGIA

Marcelo Cândido da Silva¹

Resumo: Num período de cerca de vinte anos, durante a segunda metade do século IX, no vilarejo de Vico Teatino, nos Abruzos, um homem chamado Karol comprou várias parcelas de terras. Tudo o que sabemos sobre ele provém de diversos diplomas de compra, venda e permuta de terras, preservados nos arquivos do Monastério de San Clemente a Casauria e editados por Laurent Feller, Agnès Gramain e Florence Weber, em 2005. O objetivo deste artigo é compreender as estratégias de mobilidade social vigentes na região dos Abruzos durante o final do período carolíngio. Para isso, analisaremos comparativamente as trajetórias de Karol e de um grande proprietário de terras da região, chamado Sisenando.

Palavras-chave: Itália Carolíngia; Mobilidade Social; Transações Fundiárias.

KAROL AND SISENANDO: COMPARATIVE STRATEGIES OF SOCIAL MOBILITY IN CAROLINGIAN ITALY

Abstract: For about twenty years, in the second half of the 9th century, in the small town of Vico Teatino, in Abruzzes, a man called Karol bought many parcels of land. Everything we know about him comes from several charters, preserved in the archives of the Monastery of San Clemente a Casauria and edited by Laurent Feller, Agnès Gramain and Florence Weber. This monastery was founded in 873 by the emperor Louis II, grand grandson of Charlemagne, in the frontier between the principality of Benevento and the Carolingian Italy. The aim of this article is to understand the social mobility strategies in force in the Abruzzo region during the late Carolingian period. For this, we will analyze comparatively the trajectories of Karol and a large landowner in the region, called Sisenando.

Keywords: Carolingian Italy; Social Mobility; Land Transactions.

Num período de cerca de vinte anos, durante a segunda metade do século IX, no vilarejo de Vico Teatino, nos Abruzos, um homem chamado Karol comprou várias parcelas de terras. Tudo o que sabemos sobre ele provém de diversos diplomas de compra, venda e permuta de terras, que compõem o Cartulário do Monastério de San Clemente a Casauria, analisado de forma sistemática pela primeira vez por Laurent Feller, em sua Tese de Doutorado defendida em 1987.² Alguns anos depois, Laurent Feller, Agnès Gramain e Florence Weber lançaram um projeto de pesquisa sobre “a fortuna de Karol”, inserido no Programa de Pesquisa “Le marché de la terre au Moyen Âge”, promovido entre 1998 e 2001 pelo

¹ Universidade de São Paulo. Email de contato: candido@usp.br. Agradeço a Laurent Feller pela leitura atenta e pelas sugestões.

² FELLER, L. *Le cartulaire-chronique de San Clemente a Casauria*. 1987. 600f. Tese (Doutorado em História) - Université Paris I, Paris, 1987.

Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris (LAMOP) e coordenado por Laurent Feller e Chris Wickham. O objetivo do Programa era inserir a questão do mercado e da formação de preços nos estudos de história social e de estudar o significado das trocas no âmbito das relações sociais. Ele deu origem a um livro, publicado em 2005.³ Em razão da extensão assumida pela empreitada em torno da fortuna de Karol, proposta por Laurent Feller, Agnès Gramain e Florence Weber, seus resultados acabaram sendo publicados separadamente, também em 2005, em uma edição crítica que constituiu a base para a redação deste artigo.⁴

O Monastério de Casauria foi fundado, em 873, pelo imperador Luís II, bisneto de Carlos Magno, na fronteira entre o Principado de Benevento e a Itália Carolíngia. Não é uma coincidência que tal fundação tenha ocorrido em um espaço que até então havia sido um foco de resistência à dominação carolíngia. Entre 779 e 872, os monges da abadia de San Vincenzo al Volturno tentaram obrigar os habitantes de Valle Trita, uma região montanhosa situada nos Abruzos, a pagarem taxas e corveias. Diversos julgamentos ocorreram sem que os vereditos, todos favoráveis ao monastério, tenham sido acatados pelos camponeses, o que levou, em janeiro de 873, à intervenção do exército imperial.⁵ Assim, a fundação de Casauria obedecia à necessidade de consolidar a autoridade imperial por meio da submissão de populações refratárias a ela.

No final do século XII, o monge Giovanni di Berardo transcreveu em um só manuscrito⁶ cerca de 2000 documentos, ordenados em duas grandes seções. A primeira delas apresenta um histórico da propriedade das terras antes de sua aquisição pelo monastério de Casauria. A segunda consiste em diplomas que mostram o monastério como o autor ou o beneficiário das aquisições das terras. Ao conjunto foi integrada uma narrativa histórica, algo típico dos cartulários

³ FELLER, L.; WICKHAM, C (dir.). **Le marché de la terre au Moyen Âge**. Roma: École Française de Rome, 2005.

⁴ FELLER, L.; GRAMAIN, A.; WEBER, F. **La fortune de Karol**. Marché de la terre et liens personnels dans les Abruzzes au haut Moyen Âge. Roma: École Française de Rome, 2005.

⁵ WICKHAM, C. **Studi sulla società degli Appennini nell'alto medioevo**. Contadini, signori e insediamento nel territorio di Valva (Sulmona), Quaderni del centre studi Sorelle Clarke, 2. Bolonha: Clueb, 1982. p. 18-28.

⁶ BNF, m.lat. 5411.

monásticos da Itália Central.⁷ O conjunto ofereceu a base para a edição publicada por Laurent Feller, Agnès Gramain e Florence Weber, em 2005, composta por 83 atos de compra, venda e permuta de terras oriundos da primeira seção do manuscrito BNF 5411, datados entre 850 e 875, com 14 outros atos da segunda seção, que mostram o monastério como o principal agente fundiário. Trata-se de uma edição muito bem-feita e acompanhada de uma análise teórica de fôlego.

Os dois personagens cuja trajetória comparativa nos interessará neste artigo, Karol e Sisenando, aparecem, sobretudo, na primeira seção do manuscrito BNF 5411. O primeiro desses personagens é designado nos atos como “Karol, filho de Liutprando”. Pouco sabemos a seu respeito, sendo difícil estabelecer sua origem étnica ou mesmo sua posição social no interior da comunidade de Vico Teatino. Karol efetuou diversas operações fundiárias ao longo de sua vida, todas elas sob o regime da Lei dos Lombardos. No entanto, não é possível deduzir daí que fosse um lombardo. Sisenando, por exemplo, embora saibamos que era um franco, foi julgado no final de sua vida segundo a Lei dos Lombardos. As escolhas dos nomes familiares não são, necessariamente, indicativas da reivindicação de uma suposta identidade étnica, como podemos ver na própria família de Karol: embora ele tenha recebido o nome do primeiro imperador franco e também conquistador do Reino dos Lombardos, seu pai portava o nome do último rei lombardo. A outra hipótese é que as escolhas de ambos os nomes traduziam uma estratégia de ascensão social por parte dos karólidas. Difícil demonstrar a existência dessa estratégia com base apenas nessa evidência. Por outro lado, as aquisições de terras de Karol, registradas no Cartulário de Casauria, apresentam indícios muito mais convincentes de uma estratégia deliberada de ascensão social por parte desse personagem.

Karol não era originário de Vico Teatino, mas de Valva (atual municipalidade de Corfinio, nos Abruzos). Sua integração à comunidade de Vico Teatino se deu por meio daquilo a que os antropólogos chamam de “*mariage en gendre*”, ou seja, quando um indivíduo se casa com uma herdeira sem irmãos, tomando o lugar de um filho que os sogros não tiveram. A posição que esse

⁷ CAMMAROSANO, P. Marché de la terre et mobilité sociale dans les Abruzzes aux IXe-XIe siècles. À propos d'un livre récent. **Revue historique**, n. 2, p. 369-382, 2008.

indivíduo adquire na sociedade local é, então, inteiramente derivada de sua adoção ou de sua absorção pela família da esposa. O Inventário de Viel-Saint-Remi de Reims, escrito em 847, traz uma lista de camponeses ordenados de acordo com o status de cada um, do mais alto ao mais baixo. Nessa lista, há algo curioso: referências a dependentes de status inferior em partes da lista reservadas a indivíduos de *status* mais alto. É o caso de quatro libertos que se casaram com mulheres livres e que assumiram o controle dos *mansi* dessas mulheres, bem como de um homem não livre que se casou com a herdeira de um *mansus* servil. São casos típicos de “*mariage en gendre*”, a mesma prática utilizada por Karol. Em momento algum o nome de sua esposa aparece nos atos que foram conservados. Por outro lado, seu sogro, Iohannaci (*Iannacci*), é claramente nomeado. É a ele que Karol devia seu *status* na sociedade de Vico Teatino e mesmo a possibilidade de atuar no mercado de terras local, como veremos mais adiante. Muito provavelmente, Karol era originário de uma família camponesa ou o membro excluído da herança de uma família da baixa aristocracia.

Apesar da ausência de informações biográficas mais precisas sobre Karol, é possível compará-lo com outros compradores de terras mencionados no Cartulário de San Clemente a Casauria. Karol efetua um grande número de transações (22), como mostra o número de atos que o identificam como o destinatário das terras, mas, ao mesmo tempo, paga pouco por elas, se compararmos com os montantes pagos por outros atores indicados no Cartulário:

	Quantidade de aquisições	Total pago (em sólidos ⁹)
Corbino filho de Waldemar	11	296
Sisenando, o Sálico	24	443
Garibaldo da Lombardia	12	474
Karol, filho de Liutprando	22	50
Allo, gastaldo	25	526

Fonte: FELLER, L.; GRAMAIN, A.; WEBER, F. **La fortune de Karol**. *Op. Cit.*, p. 55.

Ao longo de sua carreira de comprador, Karol gastou 50 *solidi*, o que permitiu que adquirisse cerca de 50 *modii*⁸ de terras. O outro personagem cuja trajetória será analisada neste artigo, Sisenando, efetuou um número um pouco maior de compras (24), mas gastou um valor 9 vezes maior do que Karol. O gastaldo Allo adquiriu, em uma única vez, uma *curtis* pelo preço de 400 *solidi*, um valor oito vezes maior do que todas as compras realizadas por Karol ao longo de duas décadas. Essa diferença de valores mostra que Karol era um ator cuja posição no “mercado de terras”⁹ da região era consideravelmente inferior à dos principais atores que aparecem no Cartulário. Entretanto, muitos dos atos que envolvem Karol não são datados e sua cronologia só pode ser estabelecida em um longo período de tempo, entre 850 e 870. Não é possível afirmar, portanto, a frequência e a intensidade dessas aquisições de terras.

Por que Karol adquire terras? Algumas alternativas foram apresentadas por Laurent Feller, Agnès Gramain e Florence Weber: para aumentar sua riqueza; para aumentar a eficácia de seu domínio; para consolidar sua posição social na comunidade onde vivia. Entretanto, a hipótese que os editores do dossiê

⁸ Medida de capacidade para produtos sólidos, cada módio equivale a aproximadamente um alqueire. Essa medida esteve associada, entre os romanos e também durante os primeiros séculos da Idade Média, a uma cesta típica utilizada nos animais para carga de grão e outras cargas. A quantidade de grão contidas no módio, ao ser plantada, equivale a uma área de cerca de 24000 m².

⁹ O uso dessa expressão pelos medievalistas, embora remonte aos anos 1960, acabou consagrado graças ao Programa de Pesquisa “Le marché de la terre au Moyen Âge”. Embora tenha havido consenso entre os seus participantes sobre a validade do uso da expressão, o dissenso se manifestou no entendimento quanto à natureza das relações interpessoais no momento das transações mercantis. Para a maioria dos historiadores envolvidos no Programa, a circulação dos objetos ocorria das mais variadas maneiras, exceto através de um mercado cujos preços seriam fixados pelo jogo dos mecanismos externos aos atores. Esses últimos estariam sempre em relação uns com os outros, antes e depois da transação; a natureza dessa relação, calorosa ou fria, não se suspenderia durante a troca, ainda que essa última implicasse em transferências de valor. A troca traduziria, assim, a natureza das relações interpessoais, mais ou menos próximas, mais ou menos calorosas e não ocorria entre estrangeiros ou entre pessoas susceptíveis de se tratarem por algum tempo como se tratam estrangeiros quando de uma transação mercantil. Para uma parte menor dos participantes do Programa, em certas circunstâncias, mesmo quando relações preexistem entre as partes envolvidas, essas relações são suspensas durante o tempo da troca e as duas partes se consideram então estrangeiras uma à outra. O preço pode então ser fixado e sua formação obedece a leis. Seria necessário, então, analisar caso a caso para se saber o que exatamente fazem as duas partes quando elas trocam bens. Os atores envolvidos poderiam, assim, perseguir objetivos distintos simultaneamente: preparar casamentos, buscar liquidez, reforçar os laços de clientela, adquirir gado ou outros bens. A busca de um perfil monetário seria um dos elementos que podem ter importância na determinação dos comportamentos, mas não o único, Cf. FELLER, L. Introduction. In: FELLER, L., RODRÍGUEZ, A. (dir.). **Objets sous contrainte**. Circulation des richesses et valeur des choses au Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, 2013. p. 7-8.

privilegiam está relacionada ao imperativo das alianças matrimoniais: por meio da compra de terras, Karol teria pretendido preparar o casamento de seus filhos. No âmbito das heranças, a Lei dos Lombardos estabelecia uma divisão equânime entre os filhos, que recebiam $\frac{7}{8}$ do patrimônio paterno, ao passo que as filhas tinham direito à porção restante. A “fortuna” dessas últimas se constituía por ocasião do casamento, quando o pai lhes garantia um dote composto, sobretudo, por bens móveis, joias, gado e, provavelmente, dinheiro. Além disso, o marido deveria conceder à esposa a chamada *Morgengabe*, ou seja, um conjunto de terras e bens móveis em um valor proporcional a $\frac{1}{4}$ do total de seus próprios bens. Assim, na opinião de Feller, Gramain e Weber, Karol teria comprado terras essencialmente para garantir a *Morgengabe* de suas noras. Gostaria aqui de propor outra explicação com base na análise das operações fundiárias de Karol.

A maior parte das transações de Karol consistia na compra de pequenas parcelas de terra. Nem sempre os vendedores têm o seu nome indicado nos atos. Outros, no entanto, são claramente indicados e aparecem em mais de um ato. Karol comprou três vezes parcelas de terras da família do finado Ranulfo, um grande proprietário (transações registradas nos atos 2¹⁰, 5¹¹ e 14¹²).

Além disso, ele realizou duas permutas de terras com um dos filhos de Micto (Atos 50¹³ e 58¹⁴). Micto era provavelmente o mais rico proprietário de terras da

¹⁰ “In nomine domini Ihesu Xristi dei eterni. Lotharius, divina ordinante providentia imperator augustus, anno imperii eius .XXXIII^o. et .IIII^o. anno imperii Ludovici filii eius et .X^o. Ildeberti comitis, die .I^o. mensis Augusti, indictione .I. Ideoque ego, Odeltruda filia quondam Garefusi, qui olim fuit de civitate pinnensis, modo habitatrix sum territorium Aternense in villa que vocatur Vico Teatino, venundavi tibi Karolo terram meam petiam. unam in Vico Teatino que mihi pertinet, et in morgincap a quondam bone memorie Rainulfo viro meo [evenit], et vineam per longum passi quinquaginta quattuor. De capite per latum passi sexaginta de pede sexaginta quattuor fine via publica cum omnibus que super se vel infra se habentur. Unde recepi a te pretium valentem solidos quinque. In tali vero tenore. Ut supra. Quam enim cartulam scripsi ego Ursepertus presbiter et notarius. Actum in Vico, feliciter. Testes + Odelpertus. + Petrus. + Magelfredus”. (Ato 2, 1 de agosto de 854, Vico Teatino).

¹¹ “Similiter nos Rainardo et Odelperto filii quondam Rainulfi, de Vico Teatino, venundavimus tibi Karoli terram nostram petiam unam in ipso Vico, ubi dicitur subtus area modiorum duorum cum omnibus que super se habentur in integre. Unde recepimus a te pretium valentem tremissi quattuor. In tali vero tenore. Ut supra” (Ato 5, s.d.).

¹² “Item, domino Ludovico imperante. Nos, Rainardo et Odelperto filii quondam Rainolfi, venundavimus tibi Karoli terram et vineam nostram subtus sancta Maria inter terram et vineam in appretiatum solidos tres, cum omnibus que infra se vel super se habentur in integrum. Unde pretium recepi a te solidos tres. In tali vero tenore” (Ato 14, s.d.).

¹³ “Item ego, Maiolfus filius quondam Miczini, de Vico Teatino, concambiavi tibi Karoli terram et vineam meam in Casule que mihi pertinet de suprascripto genitore meo et mihi in portionem evenit a germanis meis in integre. Et cambium recepi a te terram et vineam tuam in Cliule in integre. Quatinus

região, a julgar pelo montante das vendas efetuadas pelos seus herdeiros ao Monastério de Casauria. Karol também entrou em relação comercial com membros da elite política franca da região. Ele realizou uma complexa transação com o gastaldo Allo, que discutiremos mais adiante e que é retratada no ato 51. Comprou, ainda, uma parcela de 2 *modii* pelo preço de 1 *solidus* da parte de Ursa, filha de Allo (ato 41¹⁵). Essas transações entre Karol e membros da elite foram precoces, tendo ocorrido no início de sua “carreira” como comprador.

Dois dos atos que atestam essas transações (o ato 2 e o ato 41) datam do início dos anos 850. Isso significa que Karol tentou, desde a sua instalação em Vico Teatino, estabelecer relações com a elite local. Em razão do pequeno volume de terras envolvido nessas duas transações, os editores do dossiê descartaram a hipótese de que ele buscava, assim, aumentar sua propriedade. Nesses dois atos, os nomes dos vendedores são meticulosamente indicados, o que não ocorre em todos os atos, apenas aqueles envolvendo os membros da elite local.

Entretanto, há uma transação, precoce na minha opinião, que os editores consideram tardia, e que envolve uma importante extensão de terra. Trata-se do ato 51, que descreve uma permuta entre Karol e o gastaldo Allo.¹⁶ De acordo com o ato, Allo dá a Karol todas as terras que ele adquiriu por compra (o termo em latim

a modo nostra concambiatio firma et stabilis debeat permanere sub compositura solidorum viginti” (Ato 50, s.d.).

¹⁴ *“Item ego, Maiolfus filius quondam Mictioni, de Vico Teatino, concambiavi tibi Karoli terram et vineam meam seu casam, cum omnibus que super se habet in integrum que mihi per cartam venditionis evenit a Caucello, in loco qui nominatur Casule, seu per alia loca ; et concambiavi tibi terram meam in Campo inter ipsas vias et cambium recepi a te terram tuam in Beloniano, que tibi per cartulam venditionis evenit a Roffreda in ipso Cerqueto, cum omnibus que super se habet in integrum, quatinus a modo hec nostra concambiatio inter nos firma et stabilis debeat permanere sub compositione mancosos aureos viginti”* (Ato 58, s.d.).

¹⁵ *“Item, domno Ludovico imperante, temporibus Ildeperti comitis. Ego, Ursa filia quondam Alloni, castaldii, de villa que nominatur Casule, venundavi tibi Karoli terram meam ad rivum de Arullo, modiorum duorum, cum omnibus que super se habentur in integrum. Unde recepi a te pretium solidum unum”* (Ato 41, s.d.).

¹⁶ *“Similiter ego, Karolus filius quondam Liuprandi, habitator in loco qui nominatur Casule, concambiavi tibi Aldoni, castaldi, terram meam petiam unam secus fluvium Piscarie subtus via Salaria que mihi evenit a quondam Ianacci, socero meo, fine fluvio Piscaria et fine via Salaria, cum omnibus que super se vel infra se habet in integrum. Et cambium recepi a te omnes ipsas res que tibi in comperatione evenit a Leufredo et Roffreda, germanis, filiis quondam Leoni, de Luczani, et a Mageperto et Adelberto, in loco qui nominatur Frasseneto et in casale de Casule. Seu et cambiasti mihi ipsam terram et vineam Leofrede quam ei in cambio dedit quondam Adoini sculdasio, fine ipsa via que descendit a Cliule et ipsa casa que fuit quondam Lupoli, cum omnibus que super se vel infra se habet in integrum. Quatinus a modo hec nostra cambitio firma et stabilis debeat permanere sub compositione auri et argenti solidorum quadraginta. Actum in Vico, ad Sanctum Cesidium”* (Ato 51, s.d.).

é *comperatio*), em Casule e em Frasseneto, dos herdeiros de Leon (dois dos filhos deste, Leufreda e Rofredo, e dois filhos do seu irmão Pedro, provavelmente já falecido no momento da transação). Allo também entregou a Karol uma parcela de terra cuja localização é indicada no ato (entre a estrada de Cliule e a casa do finado Lupoli). Ainda de acordo com o ato, essa terra havia sido previamente vendida por um dos herdeiros de Leon, chamado Leufredo, para o esculdásio Aldoíno e obtida por Allo por meio de uma troca (*cambium*). Em troca da terra da família de Leon, Karol deu a Allo uma parcela de terras localizada ao longo do Rio Pescara, próximo à Via Salaria, que ele havia herdado de seu sogro Iohannacci. Essa parcela era importante não apenas por causa de sua localização privilegiada (entre a estrada e o rio), mas porque consistia no essencial do patrimônio da família de sua esposa, que Karol havia recebido quando de seu “*mariage en gendre*” e que havia permitido a sua instalação em Vico Teatino e lhe proporcionado certa posição social.

De acordo com Feller, Gramain e Weber, ao adquirir essas parcelas, todas oriundas da descendência de Leon, Karol pretendia preparar o casamento de um de seus netos, Maiafredo, com Maietruda, uma descendente de Leon, por meio da reconstituição da propriedade deste último, na qual, mais tarde, ele viria a instalar o jovem casal. Nesse sentido, a troca descrita no ato 51 mostraria que Karol articulava cuidadosamente as compras de terras e os casamentos de seus filhos e de seus netos.

Não se sabe a data precisa do ato 51. No entanto, ao contrário dos editores do dossiê, penso que se tratou de uma transação precoce, realizada no início das atividades de Karol como comprador de terras em Vico Teatino. Segundo os editores do Cartulário, o ato 41 é dos anos 850, ao passo que o ato 51 seria posterior. O ato 51, na verdade, precede o ato 41, pois, no primeiro, Allo é mencionado como um dos atores da transação, enquanto que, no segundo, Ursa é mencionada como a filha do “finado Allo”. Isso significa que a carreira de Karol como comprador não somente é precoce, mas envolvia desde o início uma quantidade significativa de terras. E ele negociou não qualquer terra, mas a parcela que havia permitido sua inserção na comunidade de Vico Teatino – e primeira etapa de sua ascensão social. O “sacrifício” do essencial da herança de Iohannacci teria por objetivo a constituição de uma *Morgengabe* para a futura esposa de seu

neto, que provinha de uma família de posição social inferior? Não creio nessa hipótese. Estamos falando de um casamento que envolvia a terceira geração da família de Karol, isto é, de uma operação que teria ocorrido anos depois daquela descrita no ato 51. O objetivo de Karol nessa troca com o gastaldo Allo era estabelecer uma relação com a elite local, por meio de uma prática recorrente no interior dos grupos aristocráticos da região. Há três atos que mostram Karol realizando permutas de terras, todos eles, a meu ver, datados dos anos 850. No Cartulário de Casauria, as permutas de terras são um comportamento tipicamente das elites: das 97 operações fundiárias documentadas em Vico Teatino entre 830 e 879, 7 eram permutas de terras e todas elas envolviam membros da elite local.¹⁷

Estou de acordo com os editores do dossiê quando afirmam que essas permutas são, ao mesmo tempo, uma ocasião de reagrupamento fundiário, de trocas de “clientes”, e uma reestruturação simbólica do território cultivado em torno de locais de prestígio, especialmente igrejas. Eles também avançam na hipótese segundo a qual, ao comprar ou trocar terras com membros das elites locais, Karol buscava, sobretudo, entrar em relação comercial com eles e manifestar seu pertencimento simbólico à elite, mais do que comprar tal ou tal parcela para aumentar sua propriedade.¹⁸ No entanto, as operações descritas no ato 51, que, como acredito, datam do início da trajetória de comprador de Karol em Vico Teatino, envolviam, sim, uma quantidade importante de terras. Isso me leva a crer que a acumulação de terras também constituía uma motivação importante do comportamento de Karol.

Várias leis bárbaras estabeleciam uma relação estreita, aliás, entre o estatuto social de um indivíduo e a quantidade de terras que ele possuía. Na compilação de leis do rei lombardo Rotário, de 643, o valor das penalidades judiciárias (o *Wergeld*) era calculado a partir da estratificação social entre os homens livres – definida com base no tamanho da propriedade de cada um (*in angargathungi*). Dois títulos da compilação afirmam claramente que *in*

¹⁷ FELLER, L.; GRAMAIN, A.; WEBER, F. **La fortune de Karol**. *Op. Cit.* p. 99.

¹⁸ *Ibidem*, p. 100.

angargathungi é sinônimo de *secundum qualitatem personae*.¹⁹ Ou seja, a extensão das terras de um indivíduo indicava o seu valor, ou, mais precisamente, seu estatuto social. Tal associação entre propriedade fundiária e riqueza explica as aquisições efetuadas por Karol, sem que seja possível distinguir claramente imperativos econômicos e imperativos sociais. Como bem notou Jean-Pierre Devroey, fosse ela herdada ou adquirida, a riqueza dava a seu detentor o poder e os recursos necessários para preservar os interesses dos jovens e construir clientelas e redes de influência, de tal forma que as gerações sucessivas garantiam para si, ao mesmo tempo, o pertencimento à elite social e o exercício do poder.²⁰ Acredito que a estratégia de compras de Karol, que foi extremamente arriscada, como veremos mais adiante, mais do que à constituição de uma *Morgengabe* para seus filhos e netos, serviu para a constituição de um patrimônio importante o suficiente para tornar legítima a aspiração de Karol a ascender a uma condição social mais elevada. É provável que seu objetivo último fosse ascender à aristocracia de função, que constituía, de fato, a mais elevada etapa do plano de carreira dos proprietários de terras da Itália Central no século IX.²¹ E a compra de terras parece ter sido o elemento decisivo para a realização desse objetivo.

No entanto, a estratégia fundiária de Karol, se a entendemos do ponto de vista da ascensão social do grupo familiar, se soldou por um fracasso. Pouco após

¹⁹ *Edictum Rothari*, ed. Pertz, XIV, 48: “*De oculo evulso. Si quis alii oculum excusserit, pro mortuum adpretietur, qualiter in angargathungi, id est secundum qualitatem personae; et medietas praetii ipsius conponatur ab ipsum, qui oculum excusserit; 74: In omnis istas plagas aut feritas superius scriptas, quae inter hominis liberos evenerint, ideo maiorem compositionem posuimus, quam antiqui nostri, ut faida, quod est inimicitia, post accepta superscripta compositione postponatur et amplius non requiratur, nec dolus teneatur, sed sit sibi causa finita amicitia manentem. Et si contigerit de ipsas plagas intra anni spatium, qui plagatus est, mori, tunc ille, qui eum plagavit, conponat, qualiter in angargathungi, id est secundum qualitatem personae*”. DEVROEY, J.-P. **Puissants et misérables**. Système social et monde paysan dans l’Europe des Francs (VIe-IXe siècles). Bruxelles: Académie Royale de Belgique, 2006. p. 243.

²⁰ *Ibidem*, p. 244.

²¹ FELLER, L. Aristocratie, monde monastique et pouvoir en Italie centrale au IXe siècle. In: LE JAN, R. (ed.). **La roayauté et les élites dans l’Europe carolingienne (du début du IXe aux environs de 920)**. Lille: EAN, 1998. p. 325-345. “*Dans la seconde moitié du IXe siècle, d’autre part, on repère de plus en plus de Francs venus s’installer dans la région et s’y constituer par achat des patrimoines conséquents, sans pour autant exercer de fonction publique. La politique d’un gros propriétaire foncier, si elle est réussie, et si elle correspond à ce que l’on pourrait appeler un plan de carrière, doit lui permettre d’abord d’accroître les superficies de terre dont il dispose, ensuite de se constituer une clientèle personnelle et, enfin, de se rapprocher le plus possible de l’aristocratie de fonction, voire de s’y insérer. Ceux qui n’ont pas été nommés à des postes de commandement viennent à l’évidence dans les marches du duché de Spolète pour cela, c’est-à-dire pour effectuer une ascension sociale qui est encore possible dans ces régions périphériques où les situations et les statuts ne sont pas figés*”.

sua morte, quase todas as parcelas de terras que ele adquiriu ao longo de sua vida passaram para o controle do Monastério de San Clemente a Casauria. De acordo com o ato 37, os três filhos de Karol, Maiolfo, Aiolfo e Lupo, compraram todas as terras que o seu pai teria vendido para Roffredo, filho de Rosperto, pelo preço de 100 *solidi*. Trata-se do dobro do valor que Karol utilizou em toda a vida, de acordo com os registros do Cartulário, para comprar terras. No entanto, não há no Cartulário de Casauria nenhum traço dessa vultosa venda que teria sido feita por Karol a Roffredo. Laurent Feller acredita que a menção a essa venda indica, na verdade, que Karol tomou um empréstimo para comprar suas terras e que esse empréstimo teria sido cobrado quando de sua morte. A diferença de valor entre o que sabemos que Karol gastou ao longo de sua carreira como comprador (50 *solidi*) seria, nesse sentido, o equivalente aos juros cobrados pelo credor. Karol teria tomado emprestada aquela quantia de forma a poder consolidar sua posição social e, provavelmente, obter sua entrada na aristocracia local. No entanto, quando examinamos o destino, no Cartulário, dos bens fundiários da família, fica claro que tal estratégia não foi bem sucedida. Embora não seja possível identificar o momento exato desse fracasso, o ato 85 mostra que, em 28 de março de 873, os três filhos de Karol, Maiolfo, Aiolfo e Lupo, cederam suas terras para o Monastério de Casauria pelo preço de 50 *solidi*, valor que provavelmente serviu para ajudar a reembolsar o empréstimo feito por Karol.²² Em novembro do mesmo ano, Maiolfo,

²² *"In Xristi Omnipotentis nomine. Ludovicus divina ordinante providentia imperator augustus. Anno in Xristi nomine imperii eius XX°. IIII° et secundo anno Supponis comitiis, die XX° VIII° mensis Martii, per indictionem VI. Ideoque constat nos Maiolfum et Lupum et Aiolfum, germani, filiis quondam Karoli, de finibus valvensi. Et nos modo habitatores sumus in Vico Teatino, loco ubi dicitur Casule. Constat nos vendere atque die presenti uenudavimus tibi domino Romano abbati, ad partem monasterii Sancte Trinitatis quod edificatum esse debet in insula de Piscaria loco ubi dicitur Casauria, terra nostra in suprascripta villa Casule et in Campo, seu per alia loca vel vocabula, inter cultum et incultum ad semitacionem grani modiorum quinquaginta ; et venundavimus tibi domino Romano abbati vineam nostram in suprascripta villa Casule seu per alia loca vel vocabula, hoc est per numerum solidorum triginta, per unumquemque solidum habentem vites trecentos quinquaginta, cum ipsa terra ubi ipsa vinea plantata est ; et venundavimus tibi suprascripto domino Romano abbati, ad partem suprascripti monasterii, omnes res subiecte nostre in suprascripta villa Casule et in Campo et ad Tufo et ad Arullo, plano de Arullo quod nobis pertinet de suprascripto genitore nostro, seu de quolibet nostrum conquistum vel adtractum ubi et ubicumque de res nostra inventa fuerit, id est de casis, terris, vineis, campis, silvis, pascuis, pomis, aquis, salectis, cultum vel incultum, omnia et in omnibus, ipsam suprascriptam res nostra in integrum tibi venundavimus, excepto rem tibi non venundavimus de ipsa suprascripta res nostra quantum antea habuimus ; nam aliam omnes res nostras, qualiter superius scriptum est, in integrum tibi domino Romano abbati venundavimus ad partem suprascripti monasterii ; unde ad manus nostras nobis nichil reservavimus quam et venundavimus tibi suprascripto domino Romano abbati, ad partem suprascripti monasterii, omnia nostra munimina vel scripta que*

Lupo e Agelperto (filho de Aiolfo) receberam essas mesmas terras em *precarium* do abade Romano, em troca da obrigação de pagarem, a cada ano, a soma de 4 denários, ou seja, 12 denários totais por ano.²³

Há uma coincidência entre o valor mencionado da transação, a superfície das terras em questão e aquilo que podemos reconstituir a respeito das compras de Karol. Uma parte considerável das terras que este último adquiriu ao longo de sua carreira de comprador em Vico Teatino foi transferida para o monastério. A transferência dizia respeito, muito provavelmente, às terras para cuja compra ele tomou um empréstimo e para as quais havia um risco de perda. Em 4 de dezembro de 873 (ato 87 bis), em uma assembleia presidida pelo conde Heribaldo, o escabino²⁴ Maio atacou o notário Garifuso, acusando-o de questionar a propriedade do monastério sobre as terras que haviam pertencido a Karol e a seus filhos. O julgamento foi favorável a Casauria e o abade pôde reforçar o valor dos

sunt pertinentes de ipsas suprascripta res, in eo vero tenore ut potestaem habeas, tu suprascriptus Romanus abbas vel successoribus tuis cum ipsis monimibus ante iudicem in placito stare et causare et res ipsas defendre sicuti nos ipsi facere debuimus. Et unde recepimus nos suprascripti venditores a te emptore nostro pretium pro ipsa suprascripta nostra venditio solidos quinquaginta, in definitum vero pretium quod apud nos habere testamur. Require supra. In tali vero tenore [...]” (Ato 85, 28 de março de 873).

²³ *“In Xristi omnipotentis nomine. Ideoque ego Romanus, abbas ex monasterio Sancte Trinitatis quod edificatum est in insula de Piscaria, loco ubi dicitur Casauria. Manifesta causa est et a plurimis cognitum eo quod vos, Maiolfus et Lupo, germani, filii quondam Karoli, de finibus baluensis, et vos modo habitatores estis in Vico Teatino, loco ubi dicitur Casule, et tu, Agelpertus filius quondam Aiolfi, habitator in suprascripto loco Casule, per vestras litteras precarias rogum mihi suprascripto Romano abbati emisistis et petistis a me ut, una cum consensu et voluntate congregationis suprascripti monasterii, beneficiali ordine prestaremus vobis suprascripto Maiolfo et Lupo vel vestris heredibus usque in quintam vestram generationem omnes ipsas res quas vos ipsis mihi per cartulam venditionis delegastis ad partem suprascripti monasterii. Et tibi Aielperto vel tuis heredibus usque in quintam tuam generationem omnes ipsas res que mihi per cartule venditionis delegavit quondam Aiolfus genitor tuus, ipsas suprascriptas res in villa que nominatur Casule, seu per alia loca vel vocabula. I. de casis, terris, vineis, campis, silvis, pascuis, pomis, aquis, salectis, cultum vel incultum, omnia et in omnibus, ipsas suprascriptas res in integrum, quod et fecimus et prestaimus vobis et heredibus vestris ipsas suprascriptas res, qualiter superius continet. Et pro hac causa repromisistis vos suprascripti Maiolfus et Lupo et Aielperus, una cum vestris heredibus dare mihi suprascripto Romano abbati vel successoribus meis censum annualiter de meense decembris unusquisque argentum denarios IIIIor. Et si vos suprascripti. Require supra. Actum in Casauria in anno imperii domini Ludovici .XX°. IIII° et secundo anno Supponis comitis, die XX°. VII.° mensis Novembris, per indictione VII. Feliciter. + Ego, Romanus, abbas, in hac precaria a me facta manu mea subscripsi. + Ego, Ainardus, monachus, consensi et manu mea subscripsi. + Ego Odericus, presbiter et monachus, consensi et manu mea subscripsi. Ego Maiolfus, Aloini, Maiepertus, Mainardus, rogatus a suprascripto manu mea subscripsi.” (Ato 87, 27 de novembro de 873).*

²⁴ O escabino, do latim *scabinus*, é uma função de magistrado vitalício criado por Carlos Magno, por volta de 775, em substituição aos *rachimburgi*, que eram designados pelo conde, e escolhidos entre os homens livres, como assessores ocasionais das assembleias judiciárias. Cf. DEVROEY, J.-P. **Puissants et misérables**. *Op. Cit.*, p. 229.

títulos do monastério tornando-os públicos. Segundo Feller, Gramain e Weber, há duas alternativas para explicar o que ocorreu na assembleia de 4 de dezembro: é possível que tenha sido uma última tentativa do credor de reaver a terra que serviu de garantia ao empréstimo feito a Karol (e que talvez não tenha sido completamente reembolsado); mais provavelmente, o julgamento teria sido o resultado de uma ação fictícia, destinada a confortar os direitos de propriedade do monastério (o desfecho da assembleia de dezembro de 873 tornava, de fato, toda disputa subsequente impossível).²⁵

A parte final do dossiê de atos envolvendo Karol e sua família mostra que, progressivamente, entre 874 e 877, o patrimônio da família passou para o controle do monastério de San Clemente a Casauria. No processo, as mulheres da família desempenharam papel fundamental, vendendo suas *Morgengaben*, que compunham o patrimônio dos karólidas. Não sabemos a razão precisa do fracasso da estratégia de ascensão social de Karol, mas suas consequências foram a entrada de seus herdeiros na dependência do monastério, ou seja, a desclassificação social.

Para melhor compreendermos a estratégia de ascensão social de Karol, é imperativo compará-la com a de um importante personagem do cartulário, Sisenando, o Sálico. Este último participou de 24 transações registradas no Cartulário de Casauria. Nessas transações, ele gastou 443 *solidi*, o que faz dele um dos maiores compradores tendo atuado na região na segunda metade do século IX. Ele chegou a vender uma parcela de terra para o próprio imperador.²⁶

Quase todas as terras que Sisenando adquiriu durante sua atuação na região de Vico Teatino provinham de dotes de mulheres (*Morgengaben*), a maior parte delas viúvas, que se encontravam em dificuldades financeiras. Ao fazer isso, Sisenando tornava-se o mestre e protetor do casal ou da viúva. Portanto, não me parece inteiramente correto afirmar que foi a instalação do monastério que modificou o equilíbrio social na região, ameaçando as *Morgengaben* e ampliando as

²⁵ FELLER, L.; GRAMAIN, A.; WEBER, F. **La fortune de Karol**. *Op. Cit.* p. 107-108.

²⁶ *Liber instrumentorum*, fols. 75r-76v = Chronicon Casauriense, cols. 932-3. Cf. FELLER, L. La fondation de San Clemente a Casauria et sa representation iconographique. *Mélanges de l'École Française de Rome*, Roma, n. 2, p. 711-728, 1982. p. 724. WICKHAM, C., Land disputes and their social framework in Lombard-Carolingian Italy, 700-900. In: DAVIES, W.; FOURACRE, P. **The Settlement of disputes in Early Medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 121.

relações de dependência. A estratégia fundiária de Sisenando mostra que a instabilidade das *Morgengaben* já era um fato na região de Vico Teatino antes da fundação de Casauria.

Sisenando não foi o único a comprar *Morgengaben*. Em uma de suas primeiras transações em Vico Teatino, Karol adquiriu a *Morgengabe* de uma viúva.²⁷ Do ponto de vista de Sisenando, a aquisição de *Morgengaben* era claramente um meio de obter clientes e aumentar os rendimentos. Karol, muito provavelmente, e em uma escala menor, tentou imitar esse comportamento. Sisenando ainda desenvolveu uma terceira estratégia, que foi também a causa de sua ruína. Ele se casou com Gundi, a viúva de um oficial (Gastaldo) de origem franca. Por meio desse casamento, é possível que ele tenha querido colocar-se em posição favorável no que se refere à herança do defunto, não apenas em relação ao patrimônio fundiário do oficial, mas talvez também em relação à sua função de agente público. Entretanto, Gundi havia se tornado, antes do casamento e em cerimônia pública, uma monja. Alguns textos mostram que os casamentos com monjas eram uma prática recorrente à qual se opuseram firmemente o papa João VIII e o imperador Luís II nos anos 870. Tal coincidência cronológica apressou a queda de Sisenando. As disputas em torno dos bens de viúvas ficam claras, por exemplo, em uma carta que o papa enviou ao bispo João de Teramo, denunciando aqueles que as forçavam a tornarem-se monjas com o objetivo de congelar sua situação patrimonial. Na modificação feita por Liutprando à Lei dos Lombardos, fica estabelecido que, se uma viúva se casar novamente, seu novo marido deve pagar uma multa de 600 *solidi*. Quanto à mulher, ela é condenada a perder sua liberdade e ser incorporada como escrava ao fisco, enquanto sua família é condenada a pagar 150 *solidi*. No dia 5 de dezembro de 873, o caso de Sisenando e

²⁷ *"In nomine domini Ihesu Xristi dei eterni. Lotharius, divina ordinante providentia imperator augustus, anno imperii eius .XXXIII^o. et .III^o. anno imperii Ludovici filii eius et .X^o. Ildeberti comitis, die .I^o. mensis Augusti, indictione .I. Ideoque ego, Odeltruda filia quondam Garefusi, qui olim fuit de civitate pinnensis, modo habitatrix sum territorium Aternense in villa que vocatur Vico Teatino, venundavi tibi Karolo terram meam petiam unam in Vico Teatino que mihi pertinet, et in morgincap a quondam bone memorie Rainulfo viro meo [evenit], et vineam per longum passi quinquaginta quattuor. De capite per latum passi sexaginta de pede sexaginta quattuor fine via publica cum omnibus que super se vel infra se habentur. Unde recepi a te pretium valentem solidos quinque. In tali vero tenore. Ut supra. Quam enim cartulam scripsi ego Ursepertus presbiter et notarius. Actum in Vico, feliciter. Testes + Odelpertus. + Petrus. + Magelfredus"* (Ato 2, 1 de agosto de 854).

Gundi foi levado a julgamento em uma assembleia presidida pelo conde Heribaldo. A Lei dos Lombardos foi aplicada em todo o seu rigor.

Sisenando se recusou a pagar a multa ou não foi capaz de fazê-lo e suas propriedades, bem como as propriedades de sua esposa, foram confiscadas. No dia seguinte ao julgamento, diante de outra assembleia, Heribaldo concedeu ao abade de Casauria todas as propriedades confiscadas da esposa de Sisenando. O irmão deste, Fulrado, contestou o julgamento em 877 e chegou a um acordo com o monastério de Casauria, por meio do qual conseguiu obter uma parte da terra de seu irmão de volta, em troca de um cavalo e 100 *solidi*. Tal compromisso não foi muito favorável à família de Sisenando e Fulrado voltou a contestá-lo, em 878, tendo sido derrotado no tribunal.²⁸ Gostaria de salientar um ponto importante aqui: a ascendência étnica não é um fator decisivo no fracasso ou no sucesso das estratégias de mobilidade social na Itália carolíngia. Sisenando era um franco e isso não o protegeu da desclassificação social. Além do mais, ele foi julgado e condenado de acordo com a Lei dos Lombardos.

O ato de venda ao imperador Luís, datado de 871, é a principal indicação que temos da estratégia bem-sucedida (pelo menos até então) de Sisenando. Nesse ato, ele é o vendedor de 12 módios de terra para o imperador – o que equivaleria a cerca de 2,76 hectares segundo a estimativa de Pierre Toubert –, pelos quais recebeu 10 libras de prata. Porém, o mais extraordinário é que Sisenando aparece no ato como *Missus Supponis Comitum*. O *missus* é alguém que detém uma parcela da autoridade pública e representa a “*pars iudicis*” obrigatória em uma venda importante de terras. O que há de peculiar nesse ato, como bem notou Laurent Feller, é o fato de que o próprio vendedor (Sisenando) é quem representa o conde. Por trás de tal paradoxo que fazia de Sisenando, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada, estava o fato de que, pouco antes de perder todos os seus bens e ser socialmente desclassificado, ele obteve a função de *missus*. O sucesso em obter tal função está, muito provavelmente, associado à acumulação fundiária por ele realizada. E ajuda a entender as aquisições de terras efetuadas por Karol.

²⁸ *Liber instrumentorum seu chronicorum monasterii Casauriensis*, 88r-89v. Cf. WICKHAM, C., Land disputes and their social framework in Lombard-Carolingian Italy, 700-900. *Op. Cit.* p. 134.

Sisenando foi o objeto de uma espécie de reabilitação póstuma. Ele aparece no lintel do monastério de San Clemente a Casauria, encomendado, no século XII, pelo abade Leonas († 1182), o mesmo que encomendou o Cartulário. No lintel, Sisenando é retratado na terceira sequência, junto com outros três personagens: da direita para a esquerda, o conde Heribaldo (o mesmo que presidiu a assembleia que condenou Sisenando), com uma espada em seu ombro; o imperador Luís, sentado em um trono, com a mão direita levantada em sinal de comando e a esquerda colocada sobre um objeto que o bispo Grimbaldo abençoa e que Sisenando (identificado como membro da aristocracia, *Sisenandus miles*) segura com a mão direita. Tanto Sisenando quanto o bispo seguram atos em suas mãos direitas. O ato que segura Sisenando indica a venda ao imperador da terra sobre a qual o monastério foi construído. O qualificativo *miles*, que no século XII se pode traduzir como cavaleiro, completa o quadro de uma “ascensão social póstuma”, que o coloca como membro da aristocracia militar do século XII. Qual a razão da presença de Sisenando no lintel do monastério de Casauria? Como salienta Feller, ele é o único vendedor de terras da região ocupada pela abadia a ter estabelecido um contrato de venda com o imperador, e o comanditário do lintel sabia bem disso. Além do mais, ele representa, em meio às turbulências do século XII, marcadas pelos conflitos entre a aristocracia e a abadia, o exemplo de um “aristocrata” que foi punido por adultério (e sabemos a importância que os reformadores do período davam ao casamento, tornado sacramento), que perdeu todos os seus bens (para o monastério) e que, ainda assim, não se revoltou.²⁹ Finalmente, gostaria de avançar em outra conjectura: o abade Leonas era oriundo de uma família que havia sido despossuída pelo rei Rogério II e cujas possessões acabaram sendo dadas em feudo a um vizinho do rei, Bohemundo de Tarsi. A reabilitação iconográfica de Sisenando talvez fosse, para o abade, uma forma de restabelecer um paralelo com sua própria família.

Conclusão

²⁹ FELLER, L. La fondation de San Clemente a Casauria et sa representation iconographique. *Op. Cit.* p. 711-728.

Um espaço de ocupação recente como Vico Teatino oferecia, na metade do século IX, oportunidades de ascensão social bem maiores do que espaços de ocupação mais antigos, nos quais as hierarquias já estavam consolidadas e o espaço já polarizado. Para citar um exemplo, Pierre Bonnassie mostrou como regiões rurais do Sul do Languedoc e da Catalunha abrigavam sociedades abertas a empreendimentos pioneiros, com terras vazias ou incultas que eram propícias ao desenvolvimento da pequena propriedade camponesa e à mobilidade da população.³⁰ A fundação do monastério de San Clemente a Casauria, em 873, representou uma importante transformação do equilíbrio de forças na região. Em poucos anos, o monastério absorveu a maior parte das terras, colocando-se à frente de uma grande rede de dependentes. As compras de terras por parte do monastério podem ser interpretadas como uma resposta, senão à ascensão social de atores da pequena e da média aristocracia, pelo menos a seus efeitos políticos e econômicos. No final do século IX, Casauria funcionou como um instrumento de controle da aristocracia por parte do poder imperial.

Os exemplos de Karol e de Sisenando mostram que não é possível analisar as estratégias de mobilidade social na Itália carolíngia (e mesmo além) sem se levar em conta o espaço e a paisagem institucional. Michel Lauwers formulou o conceito de *inecclesiamento* para descrever o processo de “polarização eclesial” (ou como espaços de culto foram progressivamente colocadas no coração do sistema social) a partir do século IX. A noção de *inecclesiamento* diz respeito, sobretudo, à capacidade das igrejas, monastérios e cemitérios de estabelecerem uma nova estrutura e mesmo uma nova representação do espaço em torno deles.³¹ O exemplo do monastério de Casauria mostra um desenvolvimento distinto. Em primeiro lugar, no momento de sua fundação e nos anos que se seguiram, ele foi mais um agente econômico e político do que um local de devoção – e percebido como tal pela população dos arredores. Todas as terras que permitiram a instalação e a consolidação do monastério foram compradas. O Cartulário não

³⁰ BONNASSIE, P. **La Catalogne au tournant de l’an Mil**. Croissance et mutations d’une société. Paris : Albin Michel, 1990.

³¹ LAUWERS, M. De l’incastellamento à l’inecclesiamento. Monachisme et logiques spatiales du féodalisme. In: IOGNA-PRAT, D.; LAUWERS, M.; MAZEL, Florain; ROSÉ, Isabelle (ed.). **Cluny, les moines et la société au premier âge féodal**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013. p. 315-338.

menciona nenhum caso de doação *pro anima* no século IX. Além do mais, a polarização operada pelo monastério, pelo menos no período aqui estudado, foi a polarização das hierarquias sociais. Ele transformou todos os atores da região em seus dependentes, desclassificando-os e limitando suas possibilidades de ascensão.

Referências bibliográficas

BLACKBURN, M.; GRIERSON, P. **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BONNASSIE, P. **La Catalogne au tournant de l'an Mil**. Croissance et mutations d'une société. Paris: Albin Michel, 1990.

BRUAND, O. **Voyageurs et marchandises aux temps carolingiens**. Les réseaux de communication entre Loire et Meuse aux VIIIe et IXe siècles. Bruxelles: De Boeck, 2002.

CAMMAROSANO, P. Marché de la terre et mobilité sociale dans les Abruzzes aux IXe- XIe siècles. À propos d'un livre récent. **Revue historique**, v. 310, n. 2, p. 369-382, 2008.

DEVROEY, J.-P. **Puissants et misérables**. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VIe-IXe siècles). Bruxelles: Académie Royale de Belgique, 2006.

DOEHAERD, R. Les réformes monétaires carolingiennes. **Annales. Économies, sociétés, civilisations**. 7e année, n. 1, p. 13-20, 1952.

FELLER, L. **Le cartulaire-chronique de San Clemente a Casauria**. 1987. 600f. Tese (Doutorado em História) - Université Paris I, Paris, 1987.

FELLER, L.; GRAMAIN, A.; WEBER, F. (ed.). **La fortune de Karol**. Marché de la terre et liens personnels dans les Abruzzes au haut Moyen Âge. Roma: École Française de Rome, 2005.

FELLER, L. La fondation de San Clemente a Casauria et sa représentation iconographique. **Mélanges de l'École Française de Rome**, v. 94, n. 2, p. 711-728, 1982.

FELLER, L. Aristocratie, monde monastique et pouvoir en Italie centrale au IXe siècle, *In*: LE JAN, R. (ed.). **La royauté et les élites dans l'Europe carolingienne (du début du IXe aux environs de 920)**. Lille: EAN, 1998. p. 325-345.

FELLER, L. **Les Abruzzes médiévales**. Territoire, économie et société en Italie centrale du IXe au XIIe siècle. Roma: École Française de Rome, 1998.

FELLER, L. L'économie des territoires de Spolète et de Bénévent du VIe au Xe siècle. *In: I Longobardi di Spoleto e di Benevento* (Atti del XVI Congresso Internazionale di studi sull'alto medioevo). Espoleto: CISAM, 2003. p. 205-242.

FELLER, L., RODRÍGUEZ, A. (dir.). **Objets sous contrainte**. Circulation des richesses et valeur des choses au Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, 2013.

FELLER, L. Des terres et des liens. Transactions foncières du haut Moyen Âge. *In: CLAUSTRE, J. (ed.). Éléments d'une ethnographie des transactions médiévales*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019. p. 33-59.

LAUWERS, M. De l'incastellamento à l'inecclesiamento. Monachisme et logiques spatiales du féodalisme. *In: IOGNA-PRAT, D.; LAUWERS, M.; MAZEL, Florain; ROSÉ, Isabelle (ed.). Cluny, les moines et la société au premier âge féodal*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013. p. 315-338.

MCCORMICK, M. **Origins of the European Economy**. Communication and Commerce. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

WICKHAM, C. **Studi sulla società degli Appennini nell'alto medioevo**. Contadini, signori e insediamento nel territorio di Valva (Sulmona). Quaderni del centre studi Sorelle Clarke, 2. Bolonha: Clueb, 1982. p. 18-28.

WICKHAM, C. Land disputes and their social framework in Lombard-Carolingian Italy, 700-900. *In: DAVIES, W.; FOURACRE, P. The Settlement of disputes in Early Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 105-124.

Recebido: 08/09/2020
Aprovado: 16/02/2021